

O Governo segurou a crise até agora

Villas-Bôas Corrêa

ENQUANTO pôde, o Governo segurou as pontas da crise econômica, escamoteando o debate com as negativas peremptórias de que não se cogitava de pedir socorro ao Fundo Monetário Internacional, pois a dívida externa estava sendo operada com alto nível de seriedade e competência e sob o mais rígido e severo dos controles.

Com isto, num dos raros instantes em que os interesses políticos de todo o grupo soldou um momento de unidade, o Palácio do Planalto conseguiu atingir um resultado eleitoral bastante razoável, traduzido num escore de "pelada" de 12 a 10, que muito mais embralha do que esclarece a clara tendência da maioria do eleitorado do país e evitou que a campanha atingisse um insuportável ponto de tensão e emocionalismo.

Basta imaginar o que seriam os comícios da Oposição, naquela faixa final em que as águas da opinião pública correm para os desaguadores da insatisfação, se eles acontecessem agora e não há pouco mais de um mês, com a missão do FMI encostando na parede as atarantadas figuras dos nossos ditadores financeiros, afinal defraudados de sua arrogância, murchos como os bagaços de laranja doce — que se espremem até a última gota —, a balbuciar desculpas que não convencem ninguém, a começar pelos próprios, desmanchados interiormente pela evidência da insinceridade e a penosa exposição do fracasso.

Mas, se o Governo foi mais uma vez hábil ao engambelar a Oposição e poupar-se de uma derrota que poderia ser desestabilizadora, não pode haver dúvida de que a partir de agora está decidido o tema que vai ocupar o Congresso quase que inteiramente: renovado e que se diluirá um pouco nos meses intermediários de festas desenxabidas do Natal, do Ano Novo, com o tempero das férias e do verão que enche as praias ensolaradas — e que fecham com o silêncio dos batuques do carnaval.

O Presidente João Figueiredo passou um pito para dentro de Casa, declarando-se o juiz único da oportunidade da abertura das articulações sobre a sua sucessão e procurando desencorajar as ambições que se atropelavam, dentro e fora do Palácio, nas sofreguidões civis e militares à margem do PDS.

Foi bom que o Presidente falasse, rompendo o mutismo que vem conservando no espichadão adiamento da esperada análise sobre os resultados das urnas. Uma afirmação de liderança, um grito para advertir os amigos e correligionários. Mas, a rigor, até que nem precisava.

A sucessão não sairá de cena, vai continuar no centro do palco, ocupando largos espaços da curiosidade nacional e até como o começo de uma nova linha de esperanças voltadas para o futuro. Mas o Governo não se livrará de um debate que promete ser intenso e duro, de azeda crítica ao seu desempenho na gestão econômica.

O Congresso se vitalizou com os votos de uma eleição discutível pelos exageros de casuismos (que acabaram dando nó que se viu, no mal apurado escândalo da computação no Rio de Janeiro, com todas as cores de um episódio a ser deslindado pela polícia, se houver empenho dos interessados, Leonel Brizola à frente). Perdeu algumas figuras exponenciais — que podem ser exemplificadas pela mais sentida das ausências, que é a do Senador Paulo Brossard — ganhou, conservou ou recuperou especialistas com o gosto e a competência específica para o exame das questões econômicas. Como Roberto Campos, Severo Gomes, Virgílio Távora e Saturnino Braga.

Só essas presenças garantem ao Senado a vivacidade de um debate que andou rasteiro, pobre e escasso de interesse nos últimos anos de um Legislativo marginalizado, tão por baixo que importou da República dos Camarões a novidade desmoralizante da aprovação por decurso de prazo, isto é, sem votos, de todos os projetos acariciados pelo Executivo.

Ora, um tal debate pode conquistar facilmente a atenção nacional. Afinal, somos nós, eleitores ou não, que vamos pagar o preço da crise, com os juros da imprevidência e a usurária correção da mais flagrante incapacidade. A discussão tende a subir até uma reavaliação das controvertidas prioridades dos grandes projetos, o notório descaso pelos verdadeiros problemas sociais, jamais contemplados no planejamento faraônico dos impactos. Mas também terá que baixar aos esconhos porões das mordomias, dos desperdícios de uma administração viciada nos favores pagos com o dinheiro do contribuinte, nas obras suntuárias que enchem os espaços monumentais de Brasília e que se espalham por toda a parte, no malbaratamento amalucado do milagre.

Até mesmo esmiuçar os gastos no exterior, pagos com dólares chorados, de representações que incham para acolher em seu ninho todos os filhotes empistolados do favoritismo de uma tecnoburocracia que não deu certo e está indo a pique, de mãos estendidas ao FMI.

Já não se poderá acusar a Oposição de mergulhar num debate que o Governo conteve por esperteza eleitoral, mas que pipocou com estrondo ainda na contagem dos votos. Afinal, de 15 de novembro para cá, a Oposição vem encaixando e desviando um chorilho de provocações de intrigante iniciativa oficial. Durante um mês, Tancredo Neves, Franco Montoro e até o Leonel Brizola não têm feito outra coisa senão apagar princípios de incêndio ateados por mãos governamentais. Mas não dá mais para desviar a atenção de uma realidade que se impõe com toda a dramaticidade da mais grave crise econômica de nossa História republicana.